

**RELATÓRIO TRIMESTRAL  
DE ATIVIDADES**

**2º TRIMESTRE 2011**

# RELATÓRIO TRIMESTRAL DE ATIVIDADES

2º TRIMESTRE 2011

**Conselheiro Umberto Messias de Souza**  
Presidente (01/04/11 a 13/06/11)

**Conselheiro Sérgio Aboudib Ferreira Pinto**  
Vice-Presidente, no exercício da Presidência  
(14 a 30/06/11)

© TCEES, 2011

---

E77p Espírito Santo. Tribunal de Contas do Estado.

**Relatório de Atividades Trimestral: 2º trim 2011** / Tribunal de Contas do Estado.  
Vitória/ES: TCEES, 2011.  
36p.

1.Tribunal de Contas-Espírito Santo (E)-Relatório de Atividades Trimestral: 2º trim 2011.  
I.Título.

(341.38509815206)

---

Catálogo pela Biblioteca do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo

Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo  
Rua José Alexandre Buaiz, 157, Enseada do Suá, Vitória, ES, CEP 29950-913  
Telefone (27) 3334-7600  
[www.tce.es.gov.br](http://www.tce.es.gov.br)

**Produção técnica**

Diretoria Geral de Secretaria

Subdiretoria Geral de Secretaria

Núcleo de Planejamento, Orçamento e Gestão

**Revisão e diagramação**

Núcleo de Planejamento, Orçamento e Gestão

## CORPO DELIBERATIVO

Conselheiro Sérgio Aboudib Ferreira Pinto  
**Vice-Presidente no exercício da presidência (14 a 30.06.2011)**

Conselheiro Sebastião Carlos Ranna de Macedo  
**Corregedor Geral**

Conselheiro Valci José Ferreira de Souza

Conselheiro Umberto Messias de Souza

Conselheiro Marcos Miranda Madureira

Conselheiro Elcy de Souza

Conselheiro José Antonio Almeida Pimentel

## CORPO ESPECIAL

Auditora Márcia Jaccoud Freitas

Auditor João Luiz Cotta Lovatti

Auditor Marco Antônio da Silva

## MINISTÉRIO PÚBLICO ESPECIAL DE CONTAS

Procurador Domingos Augusto Taufner  
**Procurador Geral**

Procurador Luciano Vieira

Procurador Luís Henrique Anastácio da Silva

## DIRETORIA GERAL DE SECRETARIA

Ildemar Borges Júnior  
**Diretor Geral de Secretaria**

## IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

No cumprimento de suas atribuições constitucionais e legais o Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo construiu seu referencial estratégico estabelecendo negócio, missão, visão de futuro e valores institucionais, para a busca de resultados mais efetivos para a sociedade capixaba.

### Missão

Orientar e controlar a gestão dos recursos públicos em benefício da sociedade

**Negócio**  
Controle Externo



### Visão

Ser instituição de excelência na orientação e no controle da gestão dos recursos públicos até 2015

### Valores

Profissionalismo  
Equidade  
Ética e Transparência  
Excelência de Desempenho  
Responsabilidade Sustentável

## APRESENTAÇÃO

### **Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembléia Legislativa,**

O Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, em cumprimento ao disposto no art. 71, § 4º, da Constituição Estadual, apresenta o Relatório de Atividades referente ao segundo trimestre de 2011.

Registra-se que no período, o conselheiro Vice-presidente, Dr. Sérgio Aboudib Ferreira Pinto, assumiu interinamente a presidência, no período de 14 a 30/06/11, em razão de licença médica do Conselheiro Presidente, Sr. Umberto Messias de Souza (período de 14 a 28/06/11) e da renúncia, ocorrida em 28/06/11.

No período destacam-se:

- Abertura oficial do Programa de Atualização Técnica para Servidores Jurisdicionados Municipais, no dia 06/04/11, no auditório do TCEES, com palestra sobre “Os novos tempos e os novos desafios da gestão pública no Brasil”, proferida pelo Sr. Roberto Meize Agune, coordenador do Grupo de Apoio Técnico à Inovação da Secretaria de Gestão Pública do Governo do Estado de São Paulo;
- Transmissão das sessões do Pleno na TV Assembléia - por meio do Convênio nº 003/2010 (DOE 07/12/2010) entre a ALES e o TCEES, as sessões plenárias realizadas às terças e quintas-feiras, estão sendo veiculadas às quintas e sextas-feiras, entre 15h e 18h, na TV Assembléia (canal 12 da NET-ES), desde o dia 14/04/11. Com isso, o TCEES amplia a transparência de suas atividades;
- Realização de audiência interna de apresentação e discussão da proposta do código de ética dos servidores, no dia 27/04/11, no auditório do TCEES, com palestra sobre “Ética na Administração Pública”, proferida pelo Sr. Rafael Cláudio Simões, Secretário Geral da Organização Não Governamental Transparência Capixaba;
- Apresentação da Orquestra de Cordas e do Coro Curumim da Faculdade de Música do Espírito Santo, no dia 15/06/11, no auditório do TCEES, alusiva aos 53 anos do TCEES, completados no dia 07/06/11;
- Realização da Sessão Especial, no dia 30/06/11, para apreciação e missão de Parecer Prévio nas Contas de Governo prestadas pelo Senhor Governador Paulo César Hartung Gomes, referente ao exercício de 2010, constantes do Processo TC-2691/11, relatadas pelo Conselheiro Sebastião Carlos Ranna de Macedo, que resultou no Parecer Prévio TC-063/11, recomendando à Assembléia Legislativa a sua aprovação.

➤ **Convênios Assinados:**

- Assinatura, no dia 01/05/11, do 1º Termo Aditivo ao Convênio nº 007/2010 (DOE - 04/05/11) com a Junta Comercial do Estado do Espírito Santo - JUCEES, tendo por objeto a prorrogação, por mais um ano, da liberação do acesso à base de dados (Siarco) para visualização do cadastro e dos atos digitalizados das empresas registradas na Junta por servidores do Tribunal devidamente credenciados;
- Assinatura, no dia 10/05/11, do Convênio nº 23147000203/2011-14 (DOE - 01/06/11) com o Instituto Federal do Espírito Santo - IFES, tendo por objeto o oferecimento do Programa de Atualização Técnica “in loco” para servidores e lideranças municipais dos órgãos jurisdicionados ao TCEES/2011, a ser realizado pelo TCEES por meio da Escola de Contas Públicas, visando contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços públicos prestados à entidade e à sociedade a que pertencem e, criando condições que possibilitem uma melhor gestão dos recursos públicos;
- Assinatura, no dia 13/06/11 (DOE 17/06/11), da prorrogação, por mais 12 meses, do Convênio nº 006/2010, celebrado entre o TCEES e o Movimento Empresarial do Espírito Santo, tendo por objeto o apoio ao planejamento estratégico do TCEES para o exercício de 2010 a 2015.

➤ **Comissões instituídas:**

- Comissão Técnica responsável pelo recebimento, análise e consolidação das propostas apresentadas ao Projeto de Resolução nº 001/2011 que trata do Código de Ética dos Servidores do TCEES, por meio da Portaria N nº 013/2011 (DOE – 03/05/11);
- Comissão Técnica responsável pelo planejamento e execução de Projeto Piloto de Auditoria Ambiental, na Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Seama / Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – lema, por meio da Portaria N nº 016/2011 (DOE – 27/05/11);
- Comissão Técnica responsável pela realização de estudos e definição de ações voltadas à Gestão Ambiental, no âmbito deste Tribunal de Contas, por meio da Portaria N nº 017/2011 (DOE 27/05/11).

**TCEES**

Vitória-ES, setembro de 2011

Conselheiro **Sérgio Aboudib Ferreira Pinto**  
Presidente

## ÍNDICE

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>6</b>
<b>2 TCEES EM NÚMEROS .....</b>	<b>7</b>
<b>3 ATIVIDADES DE CONTROLE EXTERNO.....</b>	<b>8</b>
3.1 ATOS DO PLENÁRIO.....	8
3.2 PRINCIPAIS ATIVIDADES DAS CONTROLADORIAS TÉCNICAS.....	11
<b>4 O MINISTÉRIO PÚBLICO ESPECIAL DE CONTAS .....</b>	<b>14</b>
4.1 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS .....	14
<b>5 A CORREGEDORIA GERAL.....</b>	<b>15</b>
5.1 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS .....	15
<b>6 ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS .....</b>	<b>17</b>
6.1 RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS .....	17
6.2 GESTÃO DE PESSOAS.....	20
6.3 SERVIÇOS GERAIS.....	22
6.4 CONTROLE DOCUMENTAL.....	22
<b>7 COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL .....</b>	<b>24</b>
7.1 COMUNICAÇÃO EXTERNA .....	24
7.2 COMUNICAÇÃO INTERNA .....	26
<b>8 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO .....</b>	<b>26</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>28</b>
ANEXO 1 – COMPETÊNCIA, JURISDIÇÃO E ESTRUTURA .....	28
ANEXO 2 – ORGANOGRAMA .....	29
ANEXO 3 – DESCRIÇÃO DETALHADA DOS ACÓRDÃOS E PARECERES PRÉVIOS .....	31

## **1 INTRODUÇÃO**

Este relatório apresenta as principais atividades realizadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo no segundo trimestre de 2011.

As informações disponibilizadas neste relatório foram consolidadas pelo Núcleo de Planejamento, Orçamento e Gestão – NPO, a partir dos dados enviados pelas respectivas unidades.

Nos capítulos subseqüentes estão registradas as principais atividades, divididas nas seguintes áreas: Controle Externo, Ministério Público Especial de Contas, Corregedoria Geral, Administrativa, Comunicação Institucional e Tecnologia da Informação.

No Anexo 1 estão descritas a competência, a jurisdição e a estrutura do TCEES. A estrutura organizacional do Tribunal de Contas está representada no Anexo 2.

## 2 TCEES EM NÚMEROS

A tabela abaixo consolida os principais resultados do controle externo no trimestre.

Resultados do Controle Externo	2º Trim	Acumulado no ano
Auditorias concluídas	28	51
Total de processos referente a controle externo autuados	<b>2.275</b>	<b>3.945</b>
Processos referentes a controle externo autuados (exceto pessoal)	501	1.158
Processos para apreciação de atos de pessoal que deram entrada no TCEES	1.774	2.787
Total de processos julgados ou apreciados conclusivamente	973	2.484
Atos de pessoal apreciados	862	2.101
Atos de pessoal com registro negado	-	2
Denúncias julgadas	8	18
Denúncias julgadas procedentes	1	4
Pareceres prévios em apreciação de contas: prefeitos municipais e governador	4	47
Pareceres prévios pela rejeição <sup>1</sup>	-	10
Acórdãos proferidos	97	319
Acórdãos em julgamento de contas: Assembleia, câmaras e demais entidades	47	182
Acórdãos com contas julgadas irregulares <sup>2</sup>	4	16
Acórdãos em julgamento de atos de gestão: executivos municipais	3	6
Acórdãos com atos de gestão julgados irregulares <sup>3</sup>	3	3
Recursos julgados ou apreciados	32	64
Recursos com provimento negado	10	18

<sup>1</sup> Nos pareceres prévios pode haver mais de um interessado e conseqüentemente, mais de uma decisão.

<sup>2</sup> Nos acórdãos pode haver mais de um interessado e conseqüentemente, mais de uma decisão.

<sup>3</sup> Nos acórdãos pode haver mais de um interessado e conseqüentemente, mais de uma decisão.

### 3 ATIVIDADES DE CONTROLE EXTERNO

#### 3.1 ATOS DO PLENÁRIO

O Plenário, constituído por sete conselheiros, reúne-se em sessões plenárias para deliberações. Os atos deliberados pelo Plenário assumem a forma de resolução, parecer, parecer prévio, acórdão e decisão.

Descrição	2º Trim	Acumulado no ano
<b>Sessões plenárias</b>	<b>27</b>	<b>52</b>
Ordinárias	24	49
Especiais	1	1
Administrativa	2	2
<b>Processos em pauta</b>	<b>1.560</b>	<b>3.484</b>
<b>Julgados ou apreciados de forma conclusiva</b>	<b>973</b>	<b>2.484</b>
<b>Chamamentos relativos a processos</b>	<b>692</b>	<b>1.302</b>
Notificações	373	706
Citações	319	596

A Secretaria Geral das Sessões é o setor responsável por secretariar sessões, prestar assessoria ao Plenário e adotar medidas necessárias decorrentes de atos.

Atos do Plenário	2º Trim	Acumulado no ano
Decisões	1.278	2.944 <sup>4</sup>
Acórdãos	97	319
Pareceres prévios	13	62
Pareceres em consulta	2	4
Resoluções	1	1
<b>Total</b>	<b>1.391</b>	<b>3.330</b>

**Resoluções** - firmam entendimento de caráter normativo acerca de matérias de sua competência.

**Pareceres em consulta** - emitidos quando se trata de consultas.

**Pareceres prévios** - emitidos após análise das contas prestadas pelo governador e pelos prefeitos e os recursos relacionados a elas.

**Acórdãos** – emitidos na decisão definitiva em processo de prestação de contas, tomada de contas e relatório de auditoria; decisões condenatórias, impondo ressarcimento e/ou multa; decisões que apreciem o mérito em processo de recurso; contas prestadas pela Mesa Diretora da Assembléia Legislativa e pelas Mesas das Câmaras Municipais; decisões que apreciem o mérito em processos de denúncia, de auditorias, em prestação de contas de convênios ou de instrumentos congêneres.

**Decisões** - geradas quando da apreciação de legalidade dos atos de pessoal sujeitos a registro; conversão de julgamento em diligência; determinação de auditorias e de arquivamento de processo ou documento; questões de natureza administrativa interna; questões de simples deferimento; outras questões não enquadradas anteriormente.

<sup>4</sup> *Errata:* O nº de decisões no 1º trimestre foi de 1.666, ao invés de 1.681. A diferença de 15 refere-se ao fato de que a ciência da publicação da pauta no DIO-ES passou a ser feita por citação e não mais por decisão.

As tabelas a seguir descrevem as resoluções e os pareceres em consulta e apresentam um demonstrativo consolidado dos resultados dos pareceres prévios, acórdãos e decisões. O detalhamento dos resultados dos Acórdãos e Pareceres Prévios encontra-se no Anexo 3.

Resoluções		
Nº	Ementa	Data (DOE)
226	Revoga a Resolução TC nº 220/2010, restaurando a redação anterior do Regimento Interno (Resolução TC nº 182/2002) que fora modificada pela Resolução TC nº 220/2010. Assim, os processos referentes aos Relatórios de Auditoria dos Órgãos e Poderes Municipais e Estaduais, à exceção dos relativos ao Poder Executivo, voltaram a instruir os respectivos processos de Prestação de Contas Anual, sendo julgados conjuntamente, consubstanciando apenas um acórdão.	11.05.2011

Pareceres em Consulta <sup>5</sup>		
Nº	Interessado	Ementa
005	C. Vitória (Antônio Alexandre dos Passos Souza)	Servidor efetivo afastado do cargo para exercer mandato eletivo de vereador - Recolhimento das contribuições previdenciárias - Responsabilidade da Câmara Municipal.
006	P. Anchieta (Edival José Petri)	Criação de fundação pública pelo Poder Legislativo - Possibilidade condicionada ao respeito à esfera de atuação da Casa de Leis - A Fundação criada pelo Poder Legislativo submete-se ao controle do Tribunal de Contas - Dever de inscrever-se como Unidade Gestora - Recursos mantenedores da Fundação devem ser extraídos do duodécimo da Casa de Leis.

Resultados dos Pareceres Prévios	2º Trim	Acumulado no ano
<b>Prestação de Contas</b>	<b>4</b>	<b>47</b>
Parecer pela aprovação	2	35
Parecer pela rejeição	-	10
Reformular parecer - rejeição	2	2
<b>Recursos</b>	<b>9</b>	<b>15</b>
Negar provimento - rejeição	1	1
Provimento - Reformular parecer - aprovação	4	8
Provimento parcial – rejeição	2	2
Não conhecer	1	2
Outros	1	2
<b>Total<sup>6</sup></b>	<b>13</b>	<b>62</b>

<sup>5</sup> Os pareceres em consulta nº 003 e 004 foram cancelados.

<sup>6</sup> A diferença entre o número de pareceres prévios e os resultados deve-se ao fato de que, nesses documentos, pode haver mais de um interessado e conseqüentemente mais de uma decisão.

Resultados dos Acórdãos	2º Trim	Acumulado no ano
<b>JULGAMENTO CONCLUSIVO</b>	<b>99</b>	<b>323</b>
<b>Atos de gestão – Prefeitos Municipais</b>	<b>3</b>	<b>6</b>
Irregular	3	3
Saneado	-	3
<b>Prestação de Contas - Assembleia e Câmaras</b>	<b>6</b>	<b>99</b>
Regular	3	82
Regular com ressalva	1	5
Irregular	2	9
Saneado	-	3
<b>Prestação de Contas - Demais entidades</b>	<b>42</b>	<b>87</b>
Regular	32	58
Regular com ressalva	8	15
Irregular	2	7
Saneado	-	6
Outros	-	1
<b>Prestação de Contas – Convênio</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
Saneado	1	1
<b>Denúncias</b>	<b>8</b>	<b>18</b>
Procedente	1	4
Parcialmente procedente	2	2
Improcedente	4	11
Saneado	1	1
<b>Recursos</b>	<b>23</b>	<b>49</b>
Provimento	6	13
Provimento parcial	3	3
Negado provimento	9	17
Saneado	-	9
Outros	5	7
<b>Representação</b>	<b>3</b>	<b>4</b>
Procedente	-	1
Improcedente	1	1
Outros	2	2
<b>Outros assuntos</b>	<b>13</b>	<b>59</b>
Regular	6	45
Irregular	2	4
Improcedente	1	1
Saneado	-	4
Regular com ressalva	4	5
<b>JULGAMENTO NÃO CONCLUSIVO</b>	<b>1</b>	<b>2</b>
Multa	1	2
<b>Total<sup>7</sup></b>	<b>100</b>	<b>325</b>

<sup>7</sup> A diferença entre o número de acórdãos e os resultados deve-se ao fato de que, nesses documentos, pode haver mais de um interessado e consequentemente mais de uma decisão.

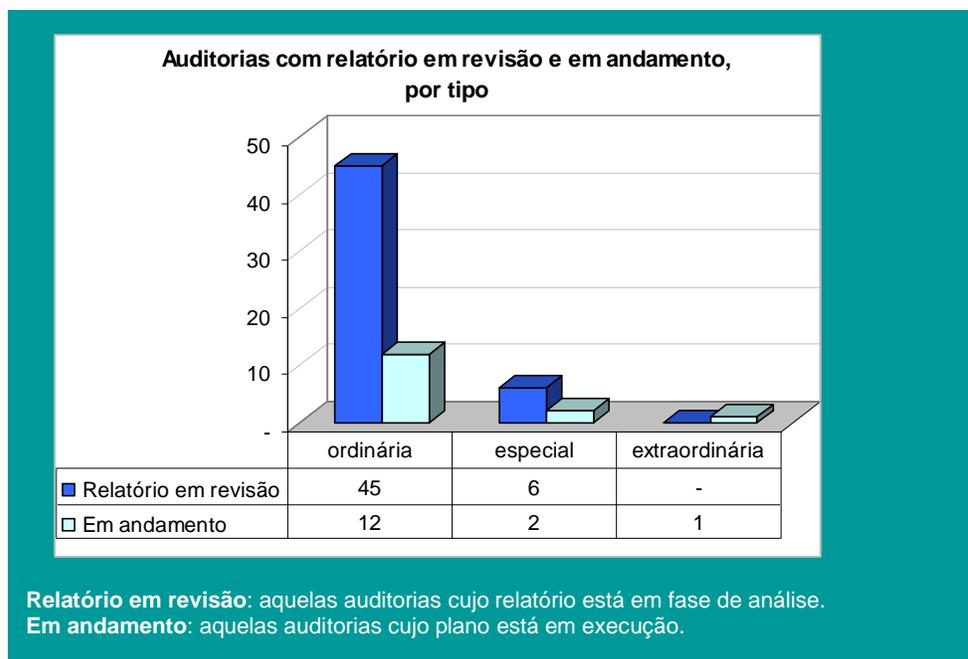
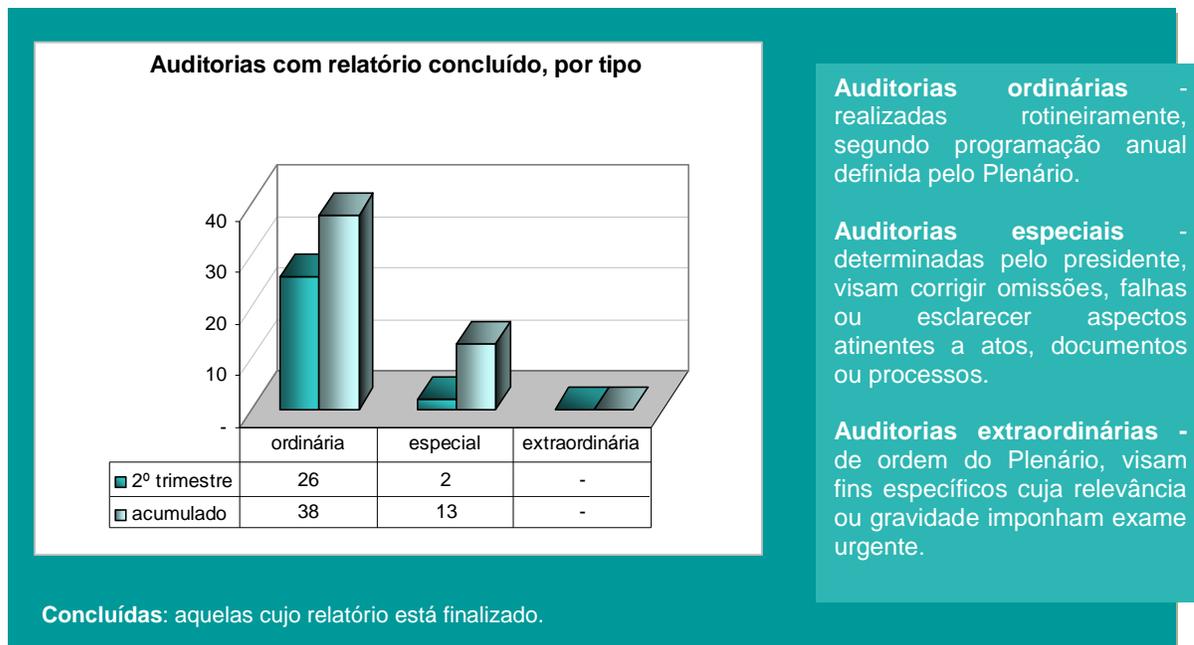
Resultados das Decisões	2º Trim	Acumulado no ano
<b>Apreciação conclusiva – atos de pessoal</b>	<b>992</b>	<b>2.489</b>
<b>Registro</b>	<b>862</b>	<b>2.099</b>
Admissão	165	526
Aposentadoria	516	1.185
Pensão	78	191
Reforma	19	29
Transferência para reserva	49	105
Revisão de proventos	5	6
Retificação de ato	30	43
Reexame de decisão	-	9
Outras	-	5
<b>Denegar registro</b>	<b>-</b>	<b>2</b>
<b>Demais decisões – não conclusivas</b>	<b>130</b>	<b>388</b>
Deferir parcelamento	2	3
Arquivar	33	59
Revelia	9	15
Quitação	-	2
Consulta - não conhecer	2	10
Apurar em auditoria (especial, extraordinária ou ordinária)	1	5
Devolver à origem	11	16
Dar ciência do Relatório de Gestão Fiscal	3	3
Notificar/Citar por edital	-	3
Alerta	55	176
Dar ciência da publicação da pauta no DIO-ES <sup>8</sup>	-	-
Instaurar Tomada de Contas/Especial	1	6
Determinar/Recomendar a suspensão do certame (Cautelar)	-	1
Denúncia – receber/apurar	3	11
Outras	10	78
<b>Decisões preliminares</b>	<b>286</b>	<b>455</b>
<b>Total</b>	<b>1.278</b>	<b>2.944</b>

### 3.2 PRINCIPAIS ATIVIDADES DAS CONTROLADORIAS TÉCNICAS

A Controladoria-Geral Técnica é a unidade responsável por planejar, organizar, coordenar e supervisionar as atividades desenvolvidas pelas unidades sob sua subordinação, conforme organograma do Anexo 2.

<sup>8</sup> Essa decisão passou a ser incluída na citação.

As auditorias do período estão distribuídas conforme gráficos:



Análise de Prestação de Contas	2º Trim	Acumulado no ano
Prestações de contas bimestrais (PCB) <sup>1</sup>	53	180 <sup>9</sup>
Relatórios da LRF analisados <sup>2</sup>	117	277 <sup>10</sup>
Relatórios técnicos contábeis (RTC)	84	123
Instruções preliminares em representações	8	9
<b>Instruções técnicas conclusivas (ITC)</b>	<b>128</b>	<b>401</b>
Em prestações de contas anuais (PCA)	54	159
Em outros processos	74	242

Prestações de contas bimestral e anual são obrigações de todo jurisdicionado. Para a apreciação e/ou julgamento final pelo Plenário, as Controladorias Técnicas elaboram, primeiramente, as análises contábeis e, finalmente, as instruções técnicas conclusivas.

- 1 - As PCBs dos jurisdicionados municipais são recebidas por meio magnético, via SISAUD, e a análise é feita nos casos de omissões, retificações e alertas.
- 2 - RREO-Relatório Resumido da Execução Orçamentária e RGF-Relatório de Gestão Fiscal, arts. 52 a 54 LRF. Os relatórios dos jurisdicionados municipais são recebidos em meio magnético, via LRFWeb, e a análise é feita nos casos de omissões, retificações e alertas.

Instruções técnicas em processos de pessoal	2º Trim	Acumulado no ano
Aposentadoria	806	1.777
Pensão	131	287
Admissão	1.059	1.511
Outros	4	16
<b>Total</b>	<b>2.000</b>	<b>3.591</b>

A 7ª Controladoria Técnica é responsável pela análise e fiscalização dos processos de admissão de pessoal, aposentadoria, reforma, revisão de proventos e pensão originados nos órgãos e nas entidades sob a jurisdição deste Tribunal, excluindo-se as nomeações para cargo de provimento em comissão.

Atividades da 8ª CT	2º Trim	Acumulado no ano
Despachos técnicos elaborados	6	20
Consultas pessoais atendidas	10	33
Consultas telefônicas atendidas	118	295
<b>Instruções técnicas elaboradas</b>	<b>22</b>	<b>71</b>
Consulta	4	10
Recurso	18	61

A 8ª Controladoria Técnica é responsável pelo apoio à atividade de controle externo e pelas orientações técnicas aos jurisdicionados, mediante a análise e o estudo dos casos especiais, atendendo a consultas, elaborando instrução técnica nas hipóteses de consultas escritas e em recursos, exceto quando se tratar das contas do Governador do Estado e de embargos de declaração.

<sup>9</sup> Errata: No Relatório do 1º trimestre, o total de PCBs foi de 127, ao invés de 106.

<sup>10</sup> Errata: No Relatório do 1º trimestre, o total de Relatórios da LRF foi de 160, ao invés de 135.

## 4 O MINISTÉRIO PÚBLICO ESPECIAL DE CONTAS

### 4.1 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

A tabela a seguir registra as atividades do período.

Atividades do MPEC	2º Trim	Acumulado no ano
Processos distribuídos	1.500	3.386
Pareceres emitidos	1.450	2.941
Termos de atualização de valores a cobrar	56	61
Termos de verificação de valores pagos	5	24
Novas cobranças cadastradas no sistema	33	45

Dessas atividades, destacam-se os pareceres emitidos, por assunto, conforme tabela:

Assunto dos pareceres emitidos	2º Trim	Acumulado no ano
Pessoal Aposentadoria	1	654
Pessoal Pensão	521	629
Pessoal Reforma	550	567
Pessoal Admissão	2	305
Prestação de Contas Anual	1	164
Prestação de Contas Bimestral	89	99
Pessoal Retificação Ato	83	84
Auditoria Relatório	22	73
Pessoal Reserva Remunerada	4	59
Recurso de Reconsideração	22	52
Prestação Contas de Convênio	31	32
Prestação Contas Término Gestão	26	27
Encaminhamento	1	26
Denúncia	21	26
Reexame de Decisão	6	25
Relatório Resumido de Execução Orçamentária	12	24
Representação	16	20
Relatório de Gestão Fiscal	10	16
Pessoal Revisão de Proventos	14	15
Consulta	4	11
Pessoal Edital Concurso Público	1	8
Auditoria Especial	3	7
Recurso de Revisão	5	6
Requerimento	1	4
Comunicação Instauração Tomada de Contas	2	4
Auditoria Relatório Engenharia	1	2
Auditoria Solicitação	1	2
<b>Total</b>	<b>1.450</b>	<b>2.941</b>

Registra-se até o período, a comprovação do recolhimento de multas no valor de R\$ 9.567,28 e ressarcimento de R\$ 17.371,66, totalizando R\$ 26.938,24.

## 5 A CORREGEDORIA GERAL

### 5.1 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Foi realizada no dia 27/04/2011, no Auditório do TCEES, audiência interna de apresentação e discussão do Código de Ética dos Servidores, resultado do Projeto 2 – “Código de Ética Profissional dos Servidores do TCEES” dessa Corregedoria.

Durante o evento, o secretário geral da Organização Não Governamental Transparência Capixaba, o Sr. Rafael Cláudio Simões, proferiu a palestra “Ética na Administração Pública”.

No período foram realizadas 4 reuniões ordinárias do Corregedor Geral com as Equipes de Projeto e 03 reuniões internas, restritas aos servidores lotados na Corregedoria, para tratar de assuntos de interesse da Corregedoria e dos projetos em desenvolvimento, como também, 08 reuniões de trabalho das Equipes de Projetos.

Segue tabela com os processos recebidos, por assunto:

Processos recebidos, por assunto	2º Trim	Acumulado no ano
Comunicação	-	1
Processo Administrativo Disciplinar (PAD)	-	1
Denúncia	2	2
Representação	1	1
Requerimento	1	1
<b>Total</b>	<b>4</b>	<b>6</b>

Desde a criação da Corregedoria Geral, até o final do 2º trimestre de 2011, foram iniciados 20 projetos sob sua orientação técnica, que se encontram no portal do TCEES, na seção da Corregedoria Geral.

No trimestre foi iniciado um novo projeto e concluídos três projetos, conforme tabela:

Nº	Nome do projeto	Objetivo geral	Data de início/ entrega	Situação atual
13	Educação	Propor minuta de resolução com o objetivo de instituir novos mecanismos adequados à fiscalização quanto ao cumprimento pleno do disposto no art. 212 da Constituição Federal e art. 60 do seu ADCT, bem como nos artigos 26, II e 27 da Lei Federal nº 11.494/07.	22/09/2010 30/06/2011	Finalizado na Corregedoria
17	Transparência nas contas	Propor mecanismos para divulgação dos atos do Plenário.	12/01/2011 06/04/2011	Proposta de resolução encaminhada, no dia 20 de maio de 2011, ao Conselheiro Presidente e à Comissão Técnica instituída pela Portaria N nº 051/2010 para revisão da Lei Complementar 32/1993 e Regimento Interno.
18	TCEES Sustentável	Elaborar programa para implantação da gestão ambiental no TCEES, com o objetivo de propor a adoção de uma série de projetos que corrijam e diminuam, pelo uso eficiente dos recursos naturais, materiais, financeiros e humanos, os impactos negativos gerados durante a jornada de trabalho. Os projetos propostos terão três linhas de atuação: 1- conscientização e sensibilização quanto à necessidade de proteção do meio ambiente; 2-ações de combate ao desperdício e de redução de consumo e custos e 3-promoção da responsabilidade sócio-ambiental nas aquisições e contratações institucionais.	12/01/2011 01/04/2011	Proposta de implantação do programa encaminhada, no dia 27 de maio de 2011, ao Conselheiro Presidente, ao Coordenador do Planejamento Estratégico 2010-2015 e à Comissão Técnica instituída pela Portaria N nº 017/2011.
20	Auditoria Operacional	Apontar as condições mínimas necessárias para a implementação da auditoria operacional com foco em meio ambiente.	20/04/2011	Data prevista para entrega: 31/08/2011

## 6 ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

A Controladoria-Geral Administrativa é composta por quatro Controladorias Administrativas – CA's, conforme organograma do Anexo 2. Algumas atividades administrativas são feitas com o apoio de Núcleos.

### 6.1 RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

O orçamento do TCEES para o exercício de 2011 apresentou dotação orçamentária inicial de R\$ 90.752.400,00, sendo R\$ 90.000.000,00 em recursos ordinários de caixa do tesouro e R\$ 752.400,00 de recursos vinculados do tesouro referente a convênio com a União.

Houve uma suplementação de R\$ 1.550.000,00, por *superávit* financeiro, conforme Decreto nº 1338-S, de 17/06/11 (DOE – 20/06/11).

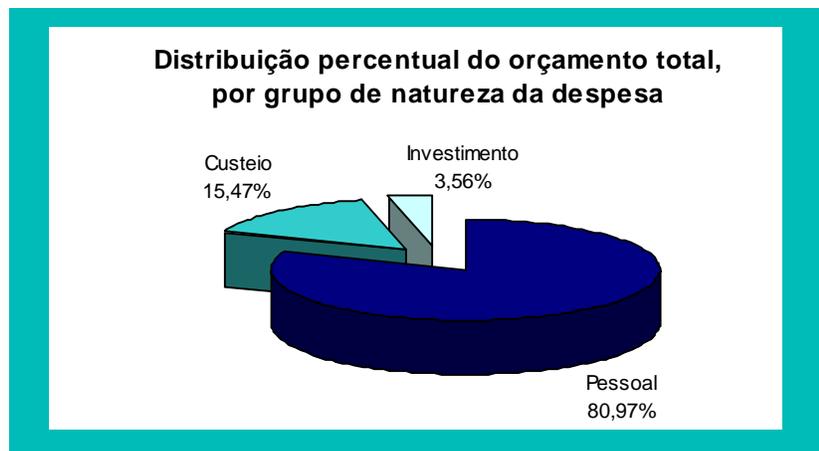
A distribuição segundo a natureza da despesa está indicada na tabela a seguir, com a posição em 30/06/11.

Natureza da Despesa	Dotação Atualizada	Empenhado	Liquidado	Pago
<b>Despesas correntes</b>	<b>89.015.443,00</b>	<b>51.728.629,25</b>	<b>37.062.389,29</b>	<b>36.682.977,80</b>
<b>Pessoal</b>	<b>74.738.416,00</b>	<b>43.097.767,56</b>	<b>33.303.228,72</b>	<b>32.936.162,23</b>
Pessoal – Ativo	61.738.416,00	43.097.767,56	33.303.228,72	32.936.162,23
Pessoal – Inativo <sup>1</sup>	13.000.000,00	<i>Crédito contido</i>	<i>Crédito contido</i>	<i>Crédito contido</i>
<b>Outras despesas (custeio)</b>	<b>14.277.027,00</b>	<b>8.630.861,69</b>	<b>3.759.160,57</b>	<b>3.746.815,57</b>
<b>Despesas de capital (investimento)</b>	<b>3.286.957,00</b>	<b>1.077.713,18</b>	<b>545.249,99</b>	<b>545.249,99</b>
<b>Total Geral</b>	<b>92.302.400,00</b>	<b>52.806.342,43</b>	<b>37.607.639,28</b>	<b>37.228.227,79</b>
<b>Total Disponível<sup>2</sup></b>	<b>79.302.400,00</b>			(valores em R\$)

1 - Dotação orçamentária referente a contribuições previdenciárias ao regime próprio de previdência, bloqueada pela Secretaria de Estado da Economia e Planejamento, em atendimento ao art. 10 da Lei nº 9.624/2011 (LOA).

2 - Desconsiderado, do total, o valor da despesa com pessoal inativo (contribuição complementar).

O gráfico a seguir demonstra a distribuição percentual da dotação orçamentária geral, por grupo de natureza da despesa.



A apuração do limite de gasto com pessoal está resumida na tabela a seguir e detalhada no relatório de gestão fiscal (DOE – 30/05/11), disponível no portal [www.tce.es.gov.br](http://www.tce.es.gov.br).

Descrição	Quadrimestres	
	3º (2010)	1º (2011)
Despesa com pessoal para fins de apuração do limite – R\$	50.168.403,59	52.020.200,25
Receita Corrente Líquida – R\$	7.909.033.785,79	8.320.779.800,77
Limite apurado – %	0,63	0,63
Limite máximo – 1,30 %	102.817.439,22	108.170.137,41
Limite prudencial – 1,24 %	97.676.567,25	102.761.630,54

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO – PODER LEGISLATIVO  
 TRIBUNAL DE CONTAS  
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
 DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
 ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 MAIO/2010 a ABRIL/2011

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

<u>DESPESA COM PESSOAL</u>	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	55.984.024,77	112.156,73
Pessoal Ativo	55.968.876,02	90.634,88
Pessoal Inativo e Pensionistas	-	-
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	15.148,75	21.521,85
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1º do art. 19 da LRF) (II)	4.075.981,25	-
Indenizações por Demissão	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores	4.075.981,25	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	51.908.043,52	112.156,73
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	52.020.200,25	
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>		
	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (V)	8.320.779.800,77	
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100	0,625	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) – 1,300 %	108.170.137,41	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) – 1,235 %	102.761.630,54	

FONTE: Os dados da Receita Corrente Líquida foram fornecidos pela Secretaria de Estado da Fazenda em 25 de maio de 2011.

Nota:

Na Receita Corrente Líquida:

- a) não foi considerado o montante de R\$ 345.014.381,74 (trezentos e quarenta e cinco milhões, quatorze mil e trezentos e oitenta e um reais e setenta e quatro centavos), relativos a receita de IRRF sobre folha de servidores do período de maio/2010 a abril/2011, em atendimento ao Parecer/Consulta TC – 018/2003.

Na Despesa Bruta com Pessoal, Pessoal Ativo:

- a) na coluna Despesas Executadas – Liquidadas, não foi considerado o montante de R\$ 7.376.515,06 (sete milhões, trezentos e setenta e seis mil e quinhentos e quinze reais e seis centavos), relativos a IRRF sobre folha de servidores do período de maio/2010 a abril/2011, em atendimento ao Parecer/Consulta TC – 018/2003;
- b) na coluna Despesas Executadas – Inscritas em Restos a Pagar Não Processados, foi desconsiderado o montante de R\$ 36.589,16 (trinta e seis mil e quinhentos e oitenta e nove reais e dezesseis centavos), decorrente de cancelamentos de restos a pagar inscritos em dezembro de 2010 e consideradas como despesa realizada em encerramento do exercício por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64, procedidos no primeiro quadrimestre de 2011.

Conselheiro UMBERTO MESSIAS DE SOUZA  
 Presidente

ILDEMAR BORGES JÚNIOR  
 Diretor Geral de Secretaria

LUZIA EDNA GUIOTO SCHNEIDER  
 Chefe da 1ª Controladoria Administrativa

(DOE – 30/05/11)

## 6.2 GESTÃO DE PESSOAS

O TCEES possui um Programa de Desenvolvimento Profissional (Prodep) para servidores efetivos, regulamentado pela Resolução Nº 203/2005. No trimestre foram efetuadas 99 promoções/progressões.

O quadro de pessoal do TCEES está distribuído conforme tabelas a seguir

Servidores por categoria	2010	2011	
		1º Trim	2º Trim
A disposição do TCEES	2	2	2
Cedidos pelo TCEES	22	20	18
<b>Servidores do TCEES</b>	<b>654</b>	<b>659</b>	<b>660</b>
<b>Em atividade</b>	<b>501</b>	<b>507</b>	<b>508</b>
Efetivos	248	251	251
Comissionados	235	238	239
Estáveis	18	18	18
<b>Inativos</b>	<b>153</b>	<b>152</b>	<b>152</b>

Estagiários	2010	2011	
		1º Trim	2º Trim
Nível superior	77	74	75
Nível médio	34	31	37
<b>Total</b>	<b>111</b>	<b>105</b>	<b>112</b>

O TCEES oportuniza a participação de seus servidores e membros em eventos de capacitação promovidos pela 4ª Controladoria Administrativa - Escola de Contas Públicas e por outras instituições.

No trimestre destaca-se a realização do treinamento para jurisdicionados dos Polos Santa Teresa e Venda Nova do Imigrante. Há previsão para a realização do treinamento em outros 11 Polos Regionais.

As tabelas a seguir demonstram os principais resultados do trimestre.

Resultados da capacitação	2º Trim	Acumulado no ano
<b>Eventos</b>	<b>53</b>	<b>64</b>
<b>Eventos realizados pelo TCEES</b>	<b>37</b>	<b>44</b>
Público Interno (servidores e membros do TCEES)	5	11
Público Externo (jurisdicionados)	32	33
<b>Eventos promovidos por outras instituições</b>	<b>12</b>	<b>13</b>
<b>Eventos de iniciativa do servidor</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Outros eventos</b>	<b>4</b>	<b>7</b>
<b>Pessoas capacitadas</b>	<b>1.069</b>	<b>1.532</b>
Servidores e membros do TCEES	170	550
Jurisdicionados	899	982
<b>Horas de capacitação</b>	<b>15.260</b>	<b>24.438</b>
Servidores e membros do TCEES	2.220	9.794
Jurisdicionados	13.040	14.744

### Temas dos eventos de capacitação

#### Eventos realizados pelo TCEES:

##### Público Interno (Servidores e membros do TCEES):

*Cursos:* Direção Defensiva, Ofensiva e Evasiva (2 turmas); A Nova Contabilidade Patrimonial; Licenciamento e Legislação Ambiental; Regime Geral da Previdência.

##### Público Externo (Jurisdicionados):

**Polo Santa Teresa (11/04 a 18/05)** - *Cursos:* Excelência no atendimento ao cidadão (2 turmas); Regimento Interno do TCEES: competência; Os processos de contas no âmbito do TCESS: Regimento Interno; Gestão de Almoarifado e Patrimônio Público; Licitações e Contratos Administrativos – Visão Geral (2 turmas); Dispensa e Inexigibilidade de Licitação (2 turmas); Simpósio básico sobre pregão e registro de preços; Noções de Orçamento e Finanças Públicas para Conselhos Municipais (2 turmas); Gestão Orçamentária e Financeira (2 turmas); Limites Constitucionais; Limites Constitucionais (Educação) para Conselhos Municipais; Limites Constitucionais (Saúde) para Conselhos Municipais; Tomada de Contas; A Nova Contabilidade Patrimonial.

**Polo Venda Nova do Imigrante (19/05 a 10/06)** - *Cursos:* Gestão de Almoarifado e Patrimônio Público; Licitações e Contratos Administrativos – Visão Geral (2 turmas); Dispensa e Inexigibilidade de Licitação (2 turmas); Simpósio básico sobre pregão e registro de preços (2 turmas); Gestão Orçamentária e Financeira; Limites Constitucionais; Limites Constitucionais (Educação) para Conselhos Municipais; Limites Constitucionais (Saúde) para Conselhos Municipais; Tomada de Contas; A Nova Contabilidade Patrimonial.

#### Eventos promovidos por outras instituições:

##### No Estado:

Palestra: Mudanças na Interpretação da Constituição: limites e possibilidades; 5º Seminário Capixaba de Previdência/RPPS - novos desafios; Cursos: Comitê de Ergonomia dentro das repartições públicas e privadas, Elaboração do PPA; Sistema do Plano Plurianual (SISPPA) - Elaboração.

##### Fora do Estado:

II Simpósio Internacional PWC- Inovação em Gestão Pública (Brasília/DF); II Seminário do Promoex - Projeto de Lei de Responsabilidade Orçamentária - PLRO (substitutivo ao PLS 229/09) - (São Paulo/SP); XI Congresso Brasileiro de Direito do Estado (Salvador/BA); 4º CONINTER Nacional - Encontro Brasileiro para Capacitação de Controladores Internos e Externos: O Controle e a Sustentabilidade do Crescimento (Rio de Janeiro/RJ); X Encontro do Colégio de Corregedores e Ouvidores dos TC's do Brasil - ECCOR (Cuiabá - MT); Cursos: Persistência com JPA2 e HIBERNATE (São Paulo/SP); Auditoria Operacional com ênfase na matriz de planejamento da área de Meio Ambiente (Brasília/DF).

#### Outros Eventos:

Reunião técnica do Subgrupo de Fundos Públicos - Procedimentos Contábeis (Brasília/DF); Reunião técnica do Subgrupo de Fundos Públicos - Padronização de Relatórios (Brasília/DF); Encontro Técnico Regional do Grupo de Atos de Pessoal da Região Sudeste (São Paulo) e Reunião técnica sobre Fundos Públicos (Brasília/DF).

A capacitação também acontece por meio do acervo disponível na Biblioteca:

Expansão do Acervo Documental (aquisição e tratamento técnico)	2010	2011	
		1º Trim	2º Trim
Exemplares de livros	5.299	5.397	5.523
Fascículos de periódicos e diários	12.334	12.409	12.534
Audiovisuais (CDs, DVDs, fitas, etc)	106	106	106
Outros materiais	995	1.022	1.023
<b>Total</b>	<b>18.734</b>	<b>18.934</b>	<b>19.186</b>

Outras Informações	2º Trim	Acumulado no ano
Empréstimos de material bibliográfico	1.244	2.138
<b>Atendimento ao Público</b>	<b>1.157</b>	<b>1.783</b>
Interno	1.114	1.699
Externo	43	84
<b>Consulta/Pesquisa ao Acervo Documental</b>	<b>762</b>	<b>1.307</b>
Acervo bibliográfico	588	941
Bases de dados informatizadas	174	366
<b>Indexações</b>	<b>1.051</b>	<b>2.017</b>
Artigos de periódicos indexados	373	723
Legislação indexada e consolidada	678	1.294

### 6.3 SERVIÇOS GERAIS

Destacam-se as atividades de controle dos materiais e do patrimônio do TCEES:

Serviços gerais	2º Trim	Acumulado no ano
Número de bens movimentados	127	170
Número de requisições ao almoxarifado	1.454	2.807

Evolução dos bens patrimoniais do TCEES	2010	2011	
		1º Trim	2º Trim
Valor do patrimônio do TCEES (em R\$)	6.039.024	6.041.604	6.542.096
Estoque de bens patrimoniais	9.564	9.565	10.092

### 6.4 CONTROLE DOCUMENTAL

A tabela a seguir demonstra as atividades relacionadas ao Controle Documental:

Controle documental	2º Trim	Acumulado no ano
Correspondências expedidas	4.974	8.243
Correspondências recebidas	3.968	7.190
Processos arquivados	789	1.731
Processos desarquivados	1.318	1.616
<b>Processos autuados</b>	<b>2.334</b>	<b>4.176</b>
Controle externo	2.275	3.945
Pessoal do TCEES	2	15
Processos administrativos do TCEES	57	216

Os processos de controle externo estão distribuídos nos seguintes assuntos:

Autuação de processos de controle externo, por assunto	2º Trim	Acumulado no ano
<b>Pessoal</b>	<b>1.774</b>	<b>2.787</b>
Pessoal Aposentadoria	633	1.264
Pessoal Admissão	938	1.161
Pessoal Pensão	127	230
Pessoal Reserva Remunerada	52	90
Pessoal Reforma	20	35
Pessoal Edital de Concurso Público	4	6
Pessoal Concurso Público	-	1
<b>Outros Assuntos</b>	<b>501</b>	<b>1.158</b>
Prestação de Contas Anual	195	399
Relatório Resumido de Execução Orçamentária	94	210
Lei Orçamentária Anual	2	82
Lei de Diretrizes Orçamentária	2	73
Relatório de Gestão Fiscal	27	68
Prestação de Contas Bimestral	23	58
Denúncia	26	44
Consulta	12	28
Auditoria Solicitação	2	14
Representação	32	44
Auditoria Relatório	44	54
Recurso de Reconsideração	17	27
Requerimento	2	9
Plano Plurianual	-	6
Recurso de Revisão	2	6
Comunicação Instauração Tomada de Contas	4	7
Embargos de Declaração	5	8
Fornecimento de certidão	-	3
Auditoria Especial	3	5
Encaminhamento	3	4
Precatório	4	5
Prestação de Contas Mensal	-	1
Tomada de Contas	2	3
<b>Total</b>	<b>2.275</b>	<b>3.945</b>

## 7 COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

O Tribunal mantém instrumentos destinados à divulgação interna e externa das atribuições e dos resultados de suas ações.

### 7.1 COMUNICAÇÃO EXTERNA

O TCEES mantém os seguintes canais de comunicação externa:

**Portal TCEES** - Meio de divulgação de informações e serviços pela internet, por meio do endereço [www.tce.es.gov.br](http://www.tce.es.gov.br).

**Relatório de Atividades** – elaborado pelo Núcleo de Planejamento, Orçamento e Gestão (NPO) e encaminhado à Assembleia Legislativa, em cumprimento ao art. 71, § 4º da Constituição Estadual.

**Informativo Acontece** - boletim informativo com periodicidade bimestral, enviado para órgãos jurisdicionados, Tribunais de Contas, faculdades estaduais que oferecem curso de Direito e Administração, jornalistas e órgãos representantes dos Tribunais, como o Instituto Ruy Barbosa (IRB) e a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon). Também os servidores, inclusive inativos, o recebem.

**Terminal de auto-serviço (Totem)** - Com o intuito de proporcionar mais acesso a informações e transparência a seus atos, o Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo coloca à disposição dos cidadãos um totem de auto-serviço, por meio do qual qualquer pessoa pode acessar a pauta das Sessões e as notícias referentes ao Órgão. Instalado na recepção da sede do TCEES, o equipamento pode ser manuseado facilmente, seja por toques na tela, seja por intermédio do teclado.

**Responsabilidade Social** – destaca-se o empréstimo do auditório, sendo essa atividade coordenada pelo Núcleo de Assuntos de Cerimonial (NAC).

No trimestre foram realizados os seguintes eventos no auditório:

Eventos com a participação do NAC	2º Trim	Acumulado no ano
Eventos promovidos pelo TCEES, com a participação do NAC	4	6
Empréstimos do auditório	8	9
<b>Total</b>	<b>12</b>	<b>15</b>

### Temas dos eventos com a participação do NAC

#### Promovidos pelo TCEES:

- 1) Lançamento do "Programa de Atualização Técnica para Servidores Municipais dos Órgãos Jurisdicionados do TCEES", no dia 06/04/2011;
- 2) Audiência Interna de apresentação e discussão da proposta do código de ética dos servidores, organizada pela Corregedoria do TCEES, no dia 27/04/2011.
- 3) Encerramento do 1º Polo do "Programa de Atualização Técnica para Servidores Municipais dos Órgãos Jurisdicionados do TCEES", em Santa Teresa, no dia 18/05/2011.
- 4) Encontro da Presidência do TCEES com a mesa diretora da Assembléia Legislativa, 19/05/2011.

#### Promovidos por outras instituições:

- 1) Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Espírito Santo (SINDIJUDICIÁRIO) - audiência pública: "Assédio Moral", no dia 03/05/2011.
- 2) Auditoria Geral da União (AGU) - palestra com o procurador da república Dr. Adriano Sant'Ana Pedra – "Mudanças na interpretação da Constituição: limites e possibilidades", no dia 10/05/2011.
- 3) Corpo de Bombeiros - formatura de sargentos, no dia 12/05/2011.
- 4) Faculdade de Música do Espírito Santo (FAMES) - apresentação da Orquestra de Cordas e do Coral Curumim, no dia 15/06/2011.
- 5) Auditoria Geral da União (AGU) - momento cultural com apresentação de um filme, no dia 17/06/2011.
- 6) Corpo de Bombeiros - curso de formação de soldados, no dia 20/06/2011.
- 7) Corpo de Bombeiros - 2º Seminário capixaba de prevenção contra Incêndio e pânico, no dia 27/06/2011.
- 8) Associação dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo (AJUDES) - Assembléia extraordinária: referente ao plano de saúde Unimed, no dia 29/06/2011.

Além dessas atividades, destacam-se outras ações de divulgação externa realizadas pelo Núcleo de Comunicação Social - NCS.

Comunicação externa	2º Trim	Acumulado no ano
Atendimentos a jornalistas	103	126
Jornalistas recebidos no TCEES	-	3
Releases enviados à imprensa	29	41
Textos produzidos para o Informativo Acontece	12	28
Edições do Informativo Acontece publicadas	1	3
Exemplares do Informativo Acontece postados	1.461	2.823
Textos institucionais elaborados	3	6
Publicações	-	1
Notícias inseridas no Portal	1	10
Visitas realizadas (Relações Institucionais) <sup>11</sup>	2	3

<sup>11</sup> Programa de treinamento para Jurisdicionados - Polos Santa Teresa e Venda Nova do Imigrante.

## 7.2 COMUNICAÇÃO INTERNA

O TCEES mantém os seguintes canais de comunicação interna:

**Intranet** - Rede interna do TCEES, acessível exclusivamente aos servidores, que podem obter instantaneamente informações sobre o Tribunal de Contas, seu corpo funcional e eventos de capacitação.

**Notícias no Ponto** - jornal mural semanal afixado em seis pontos estratégicos. Enfoca assuntos relacionados à saúde e bem-estar, à etiqueta social e profissional, à rotina corporativa e às características dos servidores.

A tabela a seguir refere-se às atividades de divulgação interna realizadas pelo Núcleo de Comunicação Social - NCS.

Comunicação Interna	2º Trim	Acumulado no ano
Notícias publicadas no mural Notícias no Ponto	144	264
Notícias inseridas na Intranet	39	66
Eventos fotografados	36	42

## 8 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

As tabelas a seguir registram as informações da Tecnologia da Informação, no período.

Atividades da Tecnologia da Informação	2º Trim	Acumulado no ano
Atendimentos de suporte ao uso da informática	949	1.848
Auditorias com participação da CTI	3	4

Evolução da Tecnologia da Informação	2010	2011	
		1º Trim	2º Trim
Estações de trabalho	400	381	379
Servidores com acesso à Internet	460	480	480
Sistemas em desenvolvimento e/ou em implantação	6	6	7
<b>Sistemas em funcionamento</b>	<b>31</b>	<b>31</b>	<b>35</b>
Desenvolvidos pela CTI	19	19	23
Adquiridos	12	12	12

Dos sistemas em funcionamento que são desenvolvidos pelos técnicos do TCEES destacam-se os relacionados ao suporte para o controle externo.

Sistemas de suporte ao controle externo	Descrição
Sistema de suporte à auditoria - SISAUD	Novo sistema de suporte à auditoria contábil financeira nos órgãos municipais, englobando novo plano de contas, nova classificação funcional-programática e novos relatórios e consultas relativos a LRF.
Sistema de plano de número de auditoria	Sistema automatizado de geração de números de auditoria
Sistema LRF Web	Visa receber e tratar os dados referentes às informações sobre a execução orçamentária e a gestão fiscal, na esfera municipal da administração pública, para fins de verificação dos pontos de controle relacionados à Lei de Responsabilidade Fiscal.
Sistema para Integração de Dados do LRF Web x Sisaud	Visa permitir o cruzamento dos dados obtidos através do sistema LRF Web com os dados do sistema Sisaud de forma que as divergências sejam utilizadas como pontos de auditoria.

## **ANEXOS**

### **ANEXO 1 – COMPETÊNCIA, JURISDIÇÃO E ESTRUTURA**

O Tribunal, criado por meio da Lei nº 1.287/1957, tem a missão constitucional de orientar e controlar a gestão dos recursos públicos em benefício da sociedade.

Titular de autonomia administrativa e financeira e sem qualquer subordinação hierárquica, sua competência constitucional é a de auxiliar os poderes legislativos estadual e municipais nos procedimentos de controle externo da gestão pública.

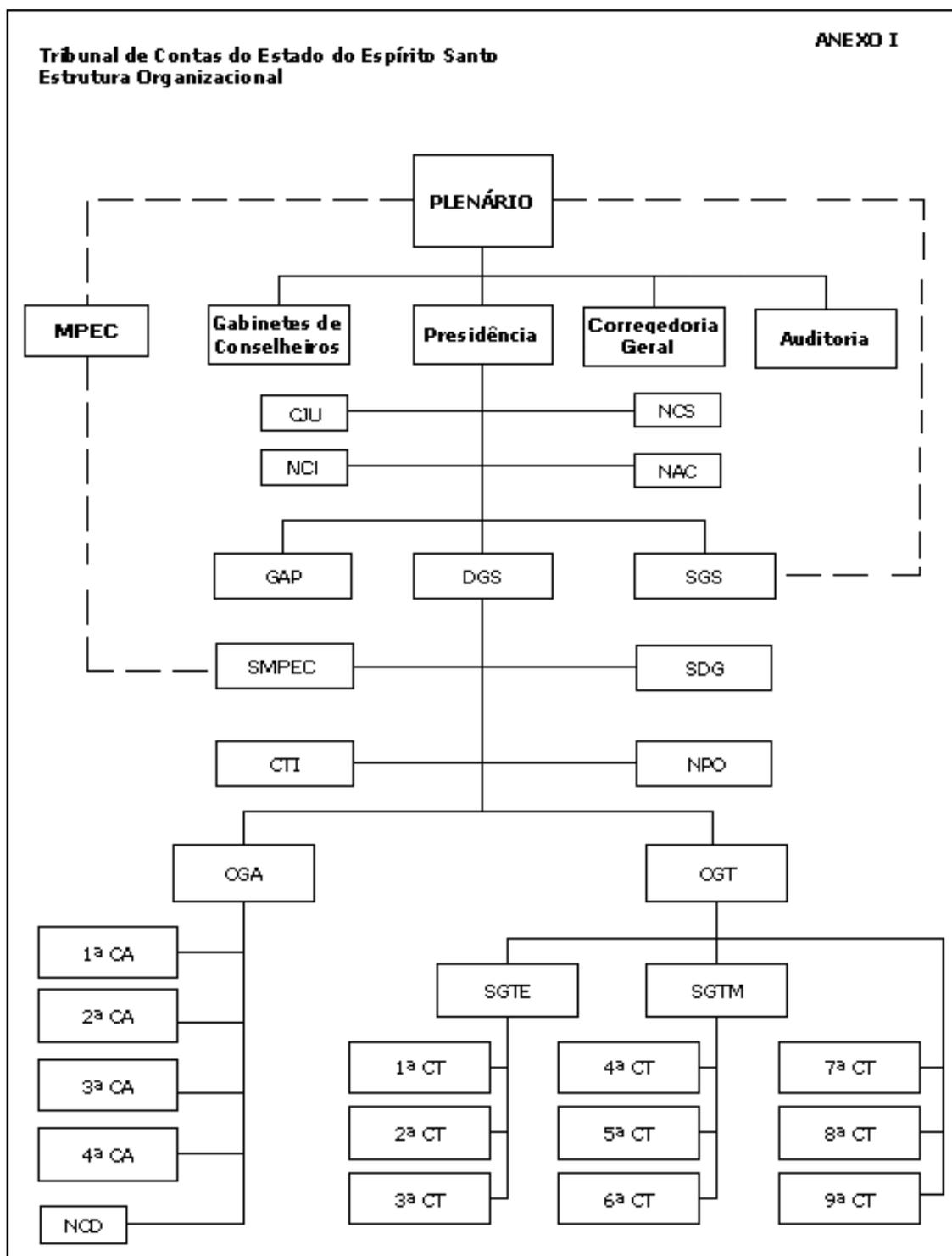
Este controle é exercido por meio de fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial nas contas do Estado, dos municípios e das entidades da administração direta e indireta.

Qualquer pessoa, física ou jurídica, e qualquer entidade que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre bens e valores públicos, relativos a recursos públicos estaduais e municipais, estão obrigadas a lhe prestar contas.

Convém citar a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), que ratifica as competências do Tribunal em fiscalizar o cumprimento das normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, com ênfase no que se refere ao cumprimento, pelo Estado e municípios, dos limites das despesas com pessoal, dos limites e condições para realização de operações de crédito, inscrição em restos a pagar e a destinação de recursos obtidos com alienação de ativos e outros.

Com sede em Vitória e jurisdição em todo o território do Estado do Espírito Santo, compõe-se de sete conselheiros, quatro auditores, três procuradores especiais de contas e quadro próprio de servidores para cumprir finalidades de apoio técnico e administrativo.

ANEXO 2 – ORGANOGRAMA



## Nomenclatura/sigla das unidades

Descrição	Sigla
Ministério Público Especial de Contas	MPEC
Consultoria Jurídica	CJU
Núcleo de Comunicação Social	NCS
Núcleo para Assuntos de Cerimonial	NAC
Núcleo de Controle Interno	NCI
Gabinete da Presidência	GAP
Diretoria Geral de Secretaria	DGS
Secretaria Geral das Sessões	SGS
Subdiretoria Geral de Secretaria	SDG
Secretaria do Ministério Público Especial de Contas	SMPEC
Controladoria de Tecnologia da Informação	CTI
Núcleo de Planejamento, Orçamento e Gestão	NPO
Controladoria Geral Administrativa	CGA
1ª Controladoria Administrativa	1ª CA
2ª Controladoria Administrativa	2ª CA
3ª Controladoria Administrativa	3ª CA
4ª Controladoria Administrativa	4ª CA
Núcleo de Controle de Documentos	NCD
Controladoria Geral Técnica	CGT
Subcontroladoria-Geral Técnica/Estado	SGTE
Subcontroladoria-Geral Técnica/Município	SGTM
1ª Controladoria Técnica	1ª CT
2ª Controladoria Técnica	2ª CT
3ª Controladoria Técnica	3ª CT
4ª Controladoria Técnica	4ª CT
5ª Controladoria Técnica	5ª CT
6ª Controladoria Técnica	6ª CT
7ª Controladoria Técnica	7ª CT
8ª Controladoria Técnica	8ª CT
9ª Controladoria Técnica	9ª CT

## ANEXO 3 – DESCRIÇÃO DETALHADA DOS ACÓRDÃOS E PARECERES PRÉVIOS

### 1 Acórdãos

#### 1.1 Julgamento conclusivo<sup>12</sup>

Nº	Atos de Gestão - Executivo Municipal	Ex.	Sessão	Decisão
0253	P. Ecoporanga (Pedro Costa Filho)	07	19/04	Irregulares. Ressarcimento 11.976,73 VRTE. Multa 1.000 VRTE
0258	P. Mimoso do Sul (Flávia Roberta Cysne Novaes Leite)	08	19/04	Irregulares. Multa 500 VRTE. Recomendação
0291	P. Cachoeiro de Itapemirim (Roberto Valadão Almokdice)	07	26/05	Irregulares. Ressarcimento 45.625,64 VRTE. Multa 2000 VRTE
<b>Total no trimestre</b>				<b>3</b>

Nº	Prestação de Contas - Assembléias e Câmaras	Ex.	Sessão	Decisão
0226	C. Cachoeiro de Itapemirim (Marcos Salles Coelho)	08	05/04	Devolvido. Irregular. Ressarcimento 2097 VRTE. Multa 500 VRTE. Recomendação pelo voto vencedor Cons. Madureira. Parcialmente venc. os Cons. Elcy que votou pelo ressarc. 46819 VRTE e multa 2000 VRTE e Pimentel que votou pelo afast. irregularidade item 3.8 ITC
0229	C. São Mateus (Francisco Botelho Neto)	08	05/04	Regulares com quitação
0238	C. São Gabriel da Palha (Ivã Sartóri)	09	07/04	Regulares com quitação
0244	C. Jerônimo Monteiro (Wanderley da Silva Santos e Celso Zocoloto)	08	14/04	Irregulares. Multa 500 VRTE. Recomendação
0271	Assembléia Legislativa do Estado do Espírito Santo (Élcio Álvares, Marcelo Coelho e Givaldo Vieira)	09	03/05	Regulares com ressalvas. Recomendações
0275	C. Marechal Floriano (Juarez José Xavier)	08	05/05	Regulares com quitação. Por maioria, vencido o Conselheiro Sebastião Carlos Ranna de Macedo, que votou pela regularidade com ressalvas com recomendações
<b>Total no trimestre</b>				<b>6</b>

Nº	Prestação de Contas – Demais entidades estaduais e municipais	Ex.	Sessão	Decisão
0230	Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Espírito Santo (Oswaldo Hulle)	09	05/04	Regulares com quitação
0243	Fundo Municipal de Saúde de Bom Jesus do Norte (Adson Azevedo Salim e Márcia Alessandra da Silva Azevedo)	09	12/04	Regulares com quitação
0245	Fundo Municipal de Saúde de Jerônimo Monteiro (José Maria Justo)	06	14/04	Regulares com quitação
0247	FUNDEVIT (Ana Paula Vitali Janes Vescovi)	09	14/04	Regulares com quitação
0249	IPAS Pedro Canário (Carlos Jorge Oliveira Cordeiro)	09	19/04	Regulares com quitação. Recomendação
0254	Instituto Defesa Agropecuária Florestal (Onofre Oliveira de Almeida Rodrigues e Paulo Sérgio de Azevedo Dolivar Gonçalves Júnior)	03	19/04	<b>1) Regulares com quitação</b> para o Sr. Onofre Oliveira de Almeida Rodrigues. <b>2) Regulares com ressalva.</b> Quitação para o Sr. Paulo Sérgio de Azevedo
0255	IOPES (Marilza Barboza Prado Lopes e Soeli Maria Gonçalves Tardin)	08	19/04	Regulares com quitação
0259	CODESPE (Tânia Saad Noé)	08	19/04	Regulares com ressalva. Quitação

<sup>12</sup> Os atos do Plenário do TCEES podem referir-se a mais de um interessado.

Nº	Prestação de Contas – Demais entidades estaduais e municipais	Ex.	Sessão	Decisão
0260	FUNDAGUA (Maria da Glória Brito Abaurre)	08	26/04	Regulares com quitação
0264	CEASA (Cléber Bueno Guerra, Getúlio Darcy Curty Pires, Helmar Potratz e Luiz Carlos Prezote Rocha)	05	26/04	Irregulares. Multa 500 VRTE
0272	Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Cíveis e Militares do Estado do Espírito Santo (Rômulo Augusto Penina e Osvaldo Hulle)	08	03/05	Regulares com quitação
0273	FAMES (Raquel Bianca de Castro de Souza, Fernando Castro Rocha e Edilson Barboza)	09	05/05	Regulares com quitação
0274	Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente Muniz Freire (Sônia Marta Soares Mignone)	09	05/05	Regulares com quitação
0278	AGERSA (Luiz Carlos de Oliveira da Silva)	09	10/05	Regulares com quitação
0279	SAAE João Neiva (Josival de Assis Tonini e Tarcisio Morellato)	09	10/05	Regulares com quitação
0282	Secretaria de Estado da Fazenda (José Teófilo Oliveira)	04	17/05	Regulares com ressalvas. Recomendação
0283	Escola de Serviço Público do Espírito Santo (Maria Luiza dos Santos Vellozo)	08	17/05	Regulares com ressalvas. Determinação
0284	Empresa de Processamento de Dados do Espírito Santo (Pedro Delfino, João Antonio da Costa Fernandes, João Ailton Dal'col, Samira Masruha Bortolini Kill, Marcus Antônio Konieczna Amaral e José Orlando Vieira do Nascimento)	02	17/05	Regulares com quitação
0286	Corregedoria Geral da Justiça (Rômulo Taddei)	08	19/05	Regulares com ressalvas
0288	FUNDEMA (Maria da Glória Brito Abaurre)	10	24/05	Regulares com quitação
0289	FUNDAGUA (Maria da Glória Brito Abaurre)	10	24/05	Regulares com quitação
0293	Fundo Municipal de Saúde de Castelo (Magda Santos Soares Callegari)	09	31/05	Regulares com quitação
0294	Fundo de Modernização e Desenvolvimento Fazendário (Bruno Pessanha Negris)	10	31/05	Regulares com quitação
0296	Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Rio Novo do Sul (Alexandre da Silva Peçanha)	09	31/05	Regulares com quitação. Recomendação
0297	Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Gilmar Gusmão Dadalto e Evair Vieira de Melo)	09	02/06	Regulares com quitação
0298	Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Baixo Guandu (Ronaldo Alves Pereira)	09	02/06	Regulares com quitação
0301	Fundo de Fomento do Turismo do Estado do Espírito Santo (Marcus Antonio Vicente)	09	07/06	Regulares com quitação
0302	Departamento de Estradas de Rodagem do Espírito Santo (Eduardo Antonio Mannato Gimenes)	09	07/06	Regulares com ressalva. Recomendações
0303	Banestes Administradora e Corretora de Seguros Previdência e Capitalização Ltda (Gustavo Cláudio Santos e Benedito de Souza Moraes)	08	07/06	Regulares com ressalva. Retirar recomendação do item 3.1.4 da ITC
0307	Instituto de Previdência dos Servidores de Iconha (Leandro da Silva Viana e José Manoel Monteiro de Castro)	08	07/06	Regulares com ressalvas. Recomendação.
0308	Secretaria de Estado do Turismo (Marcus Antônio Vicente)	08	14/06	Regulares com quitação. Recomendação
0310	Fundo Municipal de Saúde de Alegre (Luciene Ferraz Vaillant, Tereza Cristina Ferreira da Silva e Florinete Ridolphi de Souza)	08	14/06	Regulares com quitação
0311	Secretaria da Casa Civil (José Antonio Almeida Pimentel, Valdir Klug e Marilza Barbosa Prado Lopes)	10	14/06	Regulares com quitação
0312	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Maria da Glória Brito Abaurre)	07	14/06	Regulares com quitação
0314	Fundo Municipal de Saúde de Venda Nova do Imigrante (Dalton Perim e Leiliane Scheideger Athayde)	09	16/06	Regulares com quitação
0315	Faculdade de Música do Espírito Santo (Edilson Barboza)	10	21/06	Regulares com quitação

Nº	Prestação de Contas – Demais entidades estaduais e municipais	Ex.	Sessão	Decisão
0316	Junta Comercial do Estado do Espírito Santo (Marcelo Zanuncio Gonçalves)	10	21/06	Regulares com quitação
0317	Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Civis e Militares do Estado do Espírito Santo (Osvaldo Hulle)	10	21/06	Regulares com quitação
0318	Fundo Municipal de Ação Social de Guaçuí (Iolanda Berlando Alves Couzi)	09	21/06	Regulares com quitação. Recomendação
0319	Fundo Municipal de Saúde de Alto Rio Novo (Edson Soares Benfica)	08	21/06	Irregulares. Multa 500 VRTE
0321	Secretaria de Estado de Controle e Transparência (Ângela Maria Soares Silves)	10	28/06	Regulares com quitação
<b>Total no trimestre</b>				<b>41</b>

Nº	Denúncias	Decisão
0234	Julio de Castilhos X P. Conceição da Barra (Francisco Carlos Donato Junior e Manoel Pereira da Fonseca)	Procedência parcial. Ressarcimento 1847,42 VRTE. Multa 750 VRTE. Apenas para Manoel Pereira Fonseca. Recomendação
0241	Moacyr Selia Filho (C. Nova Venécia) x C. Nova Venécia (José Elias Gava)	Procedência Parcial. Atos irregulares. Ressarcimento 12.345,56 VRTE. Multa 2.000 VRTE. Por maioria, vencido o Conselheiro Elcy de Souza, que votou pelo ressarcimento em relação ao pagamento de curso de Pós-Graduação
0248	Trivale Administração Ltda (Renato Marques de Sena) x P. Jaguaré (Evilázio Sartório Altoé)	Procedência. Atos irregulares. Multa 500 VRTE.
0266	Construced Construção, Comércio e Serviços Ltda (particular) X João Carlos Coser, Paulo Maurício Ferrari e Marlene de Fátima Cararo Pires (P. Vitória)	Improcedência
0268	L M Duque de Caxias Comércio Serviços Ltda Me (particular) X P. Serra	Improcedência
0285	Labclim Diagnósticos Laboratoriais Ltda X João Carlos Coser e Andréa Bazhuni Nimrichter Marques (P. Vitória)	Improcedência
0295	Fram Consulting Ltda X Antônio Sérgio Alves Vidigal (P. Serra)	Improcedência. Perda do objeto. Arquivar
0309	Luiz Mazolini (C. João Neiva) X Luiz Carlos Peruchi (P. João Neiva)	Processo saneado. Quitação. Sem divergência, absteve-se de votar, por suspeição o Conselheiro em substituição Marco Antonio da Silva
<b>Total no trimestre</b>		<b>8</b>

Nº	Recursos	Assunto	Decisão
0227	Ruzerte de Paula Gaigher ( P. Alfredo Chaves)	Embargos de Declaração	Acatar os embargos em função da nulidade da notificação. Sem divergência, absteve-se de votar, por suspeição, o Cons. Marcos Miranda Madureira
0233	Luciano Vieira (Ministério Público Especial de Contas)	Embargos de Declaração	Conhecer. Sanar Irregularidade acolhendo recomendação da área técnica. Não acatar recomendação do MPEC, sobre controle interno
0235	Ademar Coutinho Devens (P. Aracruz)	Recurso de Reconsideração	Conhecer. Negar provimento. Manter Acórdão TC - 428/2009. Sem divergência, absteve-se de votar, por suspeição, o Conselheiro Elcy de Souza
0236	Viane Soares Viana (C. Presidente Kennedy)	Recurso de Reconsideração	Conhecer. Negar provimento. Manter Acórdão TC-562/2008
0239	Geniel Paulo de Brito (C. Conceição da Barra)	Recurso de Reconsideração	Conhecer. Negar Provimento
0240	Chrystiano Barreira de Souza (C. Conceição da Barra)	Recurso de Reconsideração	Não conhecer
0246	Amilton José Trevizani (C. São Domingos do Norte)	Recurso de Reconsideração	Conhecer. Negar Provimento

Nº	Recursos	Assunto	Decisão
0250	Gustavo Cláudio Santos e outro (Banestes)	Recurso de Reconsideração	Conhecer. Acolher preliminar de incompetência do Tribunal de Contas. Extinguir processo sem julgamento do mérito
0256	Ary de Oliveira Porto e Luiz Gonzaga Ribeiro (P. Jerônimo Monteiro)	Recurso de Reconsideração	<b>1) Conhecer.</b> Provimento Parcial. Excluir irregularidade constante no item 2.2. Reduzir multa para 1.000 VRTE para o Sr. Luiz Gonzaga Ribeiro. <b>2) Conhecer. Negar Provimento</b> para o Sr. Ary de Oliveira Porto
0261	Antonico Gottardo (P. Guarapari)	Recurso de Reconsideração	Conhecer. Provimento Parcial. Reduzir multa para 1.000 VRTE
0265	Alvany Gomes de Siqueira (Fundo Aposentadoria e Pensão Guacui)	Recurso de Reconsideração	Conhecer. Dar Provimento
0269	João Carlos Coser e Maria Helena Costa Signorelli (P. Vitória)	Recurso de Revisão	Conhecer. Dar provimento
0270	João Carlos Lorenzoni (P. Marechal Floriano)	Recurso de Revisão	Conhecer. Dar provimento. Excluir item 3. Redimensionar multa para 500 VRTE
0276	Paulo Ruy Valim Carnelli (Companhia Espírito Santense de Saneamento)	Recurso de Reconsideração	Conhecer. Dar Provimento. Atos Regulares. Quitação ao responsável. Por maioria, vencidos os Conselheiros Elcy de Souza e Sebastião Carlos Ranna de Macedo, que votaram por conhecer, dando-se provimento ao Recurso para considerar regulares com ressalvas os atos de gestão
0277	Dicla Maria Pifer Brzesky (P. Linhares)	Recurso de Reconsideração	Conhecer. Dar Provimento. Reformular Acórdão TC-457/2009 para excluir a responsabilidade da Sra. Dicla Maria Pifer Brzesky e, conseqüentemente, a multa aplicada
0287	Antonio Bitencourt (P. Marataizes)	Recurso de Reconsideração	Conhecer. Negar provimento. Manter Acórdão TC-319/2009.
0290	Robison Alves Corrêa (C. Apiacá)	Recurso de Reconsideração	Conhecer. Negar provimento
0292	José Luiz Ribeiro (C. Rio Novo do Sul)	Embargos de Declaração	Conhecer. Negar provimento
0304	José Carlos de Oliveira (P. Alegre)	Recurso de Reconsideração	Conhecer. Negar provimento
0305	Julia Maria Hassen Santos de Oliveira (Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Alegre)	Recurso de Reconsideração	Conhecer. Negar provimento
0313	Valdir Dias (C. Venda Nova do Imigrante)	Recurso de Reconsideração	Conhecer. Provimento parcial. Redimensionar ressarcimento para 4.366,48 VRTE e multa para 500 VRTE. Reformular Acórdão TC-604/2008
0320	Luciano Vieira (Ministério Público Especial de Contas)	Embargos de Declaração	Conhecer. Provimento. Inserir recomendação no Acórdão. Acolher sugestão do Cons. Elcy para verificar cumprimento da recomendação da próxima auditoria
0322	Marcos Venicius Fonseca de Macedo (Companhia de Melhoramentos e Desenvolvimento Urbano de Guarapari)	Embargos de Declaração	Não conhecer
<b>Total no trimestre</b>			<b>23</b>

Nº	Auditoria Especial	Ex.	Decisão
0257	Ananias Ribeiro de Oliveira (PJC) x José Paulo Viçosi (P. Muqui)	08	Improcedência. Atos regulares. Quitação ao responsável
<b>Total no trimestre</b>			<b>1</b>

Nº	Relatório de Auditoria - Demais entidades estaduais e municipais	Ex.	Decisão
0228	C. Murucici (André Pereira Porto, José Carlos de Souza e José Carlos Dias Gonçalves)	08	<b>1) Irregulares</b> p/ Srs. André Pereira Porto e José Carlos de Souza. Multa 1000 VRTE. <b>2) Regulares</b> p/ Sr. José Carlos Dias Gonçalves. Recomendação
0232	Secretaria de Estado e Desenvolvimento (Guilherme Gomes Dias)	08	Regulares com ressalvas. Recomendação
0237	Departamento Estadual de Trânsito do Espírito Santo (Luciene Maria Becacici Esteves Vianna, Marcelo Ferraz Goggi e Paulo Lemos Barbosa)	09	Regulares com ressalva. Recomendação. Sem divergência, absteve-se de votar, por suspeição, o Conselheiro Elcy de Souza
0242	PRODEST (Victor Murad Filho)	09	Regulares com quitação
0251	C. Ibirapu (Paulo Rodrigues Quaresma)	09	Regulares com quitação
0252	IOPES (Marilza Barboza Prado Lopes, Pedro José de Almeida Firme e Soeli Maria Gonçalves Tardin)	09	Regulares com quitação
0262	CODESPE (Tânia Saad Noé)	08	Regulares com quitação
0263	FUNPES (Osvaldo Hulle)	09	Regulares com quitação
0267	Procuradoria Geral de Justiça (Fernando Zardini Antônio)	09	Regulares com ressalvas
<b>Total no trimestre</b>			<b>9</b>

Nº	Prestação de Contas de Convênio	Ex.	Decisão
0281	P. Cachoeiro de Itapemirim (Fernando Augusto Barros Bettarello e José Tasso de Oliveira Andrade)	94	Processo saneado. Quitação para o Sr. José Tasso de Oliveira. Por maioria, vencido o Conselheiro Sebastião Carlos Ranna de Macedo, que votou apenas pela quitação
<b>Total no trimestre</b>			<b>1</b>

Nº	Representação	Decisão
0231	Speed Serv – Comércio Prestação de Serviço e Limpeza LTDA X Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Espírito Santo (Osvaldo Hulle e Maria Rita Guanaes Silva Pádua)	Improcedência
0299	Cantex Comércio, Importação e Exportação de Máquinas e Equipamentos Ltda X P. Afonso Cláudio	Extinção do feito. Sem julgamento de mérito. Encaminhar cópia ao TCU. Incompetência deste Tribunal
0300	Cantex Comércio, Importação e Exportação de Máquinas e Equipamentos Ltda X P. Afonso Cláudio	Extinção do feito. Sem julgamento de mérito. Encaminhar cópia ao TCU. Incompetência deste Tribunal
<b>Total no trimestre</b>		<b>3</b>

Nº	Relatório de Auditoria de Engenharia	Ex.	Decisão
0280	P. São Gabriel da Palha (Getúlio Manoel Loureiro, Jorge Hélio Leal e Silvio Roberto Ramos)	01 a 03	<b>1) Regular com ressalvas.</b> Quitação para o Sr. Silvio R. Ramos. <b>2) Irregular.</b> Ressarcimento total de 435.175,47 VRTE, respondendo os Srs. Getúlio Manoel Loureiro e Jorge Hélio Leal de forma solidária por 115. 118,03 VRTE, sendo 320.057,44 VRTE restante de responsabilidade do Sr. Getúlio Manoel Loureiro. Multa 2.000 VRTE, para cada um
<b>Total no trimestre</b>			<b>1</b>

## 1.2 - Julgamento não conclusivo

Nº	Prestação de Contas (Omissão)	Ex.	Decisão
0306	P. Rio Novo do Sul (Estevam Antônio Fiório)		Multa 1000 VRTE.
Total no trimestre			1

## 2 Pareceres Prévios <sup>13</sup>

### 2.1 Contas

Nº	Parecer Prévio	Ex.	Sessão	Decisão	Revisto
0053	P. Guarapari (Antonico Gottardo)	05	26/04	Reformular Parecer Prévio TC-045/2007. Excluir atos de gestão. Aprovação	045/07
0054	P. Marechal Floriano (João Carlos Lorenzoni)	04	03/05	Reformular Parecer Prévio. Aprovação.	154/07
0057	P. Ecoporanga (Elias Dal'Col)	09	19/05	Aprovação	-
0063	Governo do Estado do Espírito Santo (Paulo César Hartung Gomes)	10	30/06	Aprovação. Recomendações	-
Total no trimestre					4

### 2.2 Recursos

Nº	Recursos	Ex.	Decisão	Revisto
0050	Gerselei Storck ( P. Irupi)	06	Não conhecer	-
0051	José Francisco de Barros (P. Baixo Guandu)	04	Devolvido. Conhecer. Dar Provimento. Reformular Parecer Prévio. Aprovação	029/06
0055	Valter Luiz Potratz ( P. Piúma)	06	Conhecer. Negar provimento. Manter Rejeição	-
0056	Ernesto Paizante Pereira ( P. Mantenópolis)	06	Conhecer. Dar Provimento Parcial. Manter Rejeição	010/08
0058	André Cardoso de Campos (P. Pancas	05	Conhecer. Provimento total. Reformular Parecer Prévio. Aprovação.	073/07
0059	Djalma da Silva Santos ( P. Alegre)	07	Conhecer. Provimento total. Aprovação. Por maioria, pelo voto vencedor do conselheiro Sérgio, vencido os conselheiros Elcy e Ranna, que votaram pelo provimento parcial. Rejeição	033/09
0060	Ivan Lauer ( P. Vila Pavão)	07	Conhecer. Provimento parcial. Manter rejeição	043/09
0061	Edelson Brandão Paulino (P. Iconha)	06	Conhecer. Provimento total. Reformular Parecer Prévio pela aprovação	037/08
0062	Aloizio Santos ( P. Cariacica)	04	Considerar ilíquidáveis as contas determinando seu trancamento e posterior arquivamento.	079/06
Total no trimestre				9

<sup>13</sup> Os atos do Plenário do TCEES podem referir-se a mais de um interessado.